

Por Natália Soriani

O fenômeno da judicialização da saúde no Brasil é crescente. Recentes dados divulgados pela Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) revelam que as operadoras gastaram cerca de R\$ 5,5 bilhões com procedimentos, tratamentos e medicamentos obtidos por meio de decisões judiciais em 2023. Trata-se de um valor 36,9% maior do que em 2022, quando as empresas registraram um gasto de R\$ 4 bilhões.

A judicialização é um dos reflexos de uma lacuna entre o que é ofertado pelos convênios e o que é efetivamente necessário para o tratamento do paciente. Esse fenômeno ocorre quando pacientes recorrem ao Poder Judiciário para garantir o acesso a tratamentos de saúde, medicamentos ou procedimentos que não estão sendo fornecidos pelos planos de saúde ou pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: O Estado de S. Paulo, em 28.03.2024